

LIVRO : PLANO CONTÁBIL DAS ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, SOCIEDADES DE CAPITALIZAÇÃO, SOCIEDADES SEGURADORAS E RESSEGURADORES LOCAIS.

ANEXO I: TÍTULO I - NORMAS BÁSICAS

**Capítulo I
Dos Princípios Gerais**

Art. 1º As normas consubstanciadas neste Plano Contábil estabelecem critérios e procedimentos que visam possibilitar a manutenção de padrões uniformes para o registro das operações e para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, mediante a utilização dos conceitos, contas e modelos de demonstrações que integram este normativo.

Art. 2º As diretrizes e normas estabelecidas neste documento não pressupõem permissão para a prática de operações ou serviços vedados por lei, regulamento ou ato administrativo, ou que dependam de prévia autorização da SUSEP.

Art. 3º Fica instituída a Comissão Contábil da SUSEP - CCS que auxiliará o aprimoramento do Plano Contábil das sociedades e entidades supervisionadas, bem como proporá alterações, interpretações ou orientações que venham a ser consideradas necessárias.

§ 1º As reuniões serão preferencialmente mensais e suas deliberações serão registradas em ata, que, após aprovação, será disponibilizada no sítio da SUSEP.

§ 2º A Comissão será composta por representantes da SUSEP e da iniciativa privada, podendo incluir outros membros, em caráter provisório ou permanente, na forma estabelecida pela Autarquia.

§ 3º Poderão ser convidados pela SUSEP, quando necessário, especialistas em determinado assunto para discussões específicas no âmbito da Comissão.

Art. 4º As normas e procedimentos, bem como as demonstrações financeiras padronizadas previstas neste Plano Contábil, são de uso obrigatório para:

I - entidades abertas de previdência complementar;

II- sociedades de capitalização;

III - sociedades seguradoras; e

IV - resseguradores locais.

Parágrafo único. Para fins desta norma, consideram-se sociedades supervisionadas as entidades abertas de previdência complementar, as sociedades de capitalização, as sociedades seguradoras e os resseguradores locais.

Art. 5º Os títulos deste Plano Contábil estão hierarquizados pela ordem de apresentação.

§ 1º Em função do disposto no *caput*, em caso de dúvidas de interpretação entre as Normas Básicas e o Elenco de Contas, prevalecem as Normas Básicas.

§ 2º Em função do disposto no *caput*, em caso de dúvidas de interpretação entre o Elenco de Contas e o Modelo de Publicação, prevalece o Elenco de Contas.

§ 3º Em função do disposto no *caput*, em caso de dúvidas de interpretação entre o Modelo de Publicação e as Normas Recepcionadas, prevalece o Modelo de Publicação.

§ 4º Em função do disposto no *caput*, em caso de dúvidas de interpretação entre as Normas Recepcionadas e a Função e Funcionamento, prevalecem as Normas Recepcionadas.

Capítulo II Da Escrituração

Art. 6º Nos termos do Inciso V, artigo 32 do Decreto-Lei Nº 73/1966, combinado com o artigo 2º da Resolução CNSP Nº 86/2002, por força da delegação de competência do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, cabe a SUSEP expedir as normas gerais de contabilidade a serem observadas pelas sociedades supervisionadas.

Art. 7º A escrituração das operações deve obedecer às normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pela Resolução Nº 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, no que não contrariem as disposições contidas neste Plano Contábil.

Art. 8º Registram-se as receitas e despesas no período em que elas ocorrem, observado o regime de competência.

§ 1º Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a vigência do risco.

§ 2º Para os produtos de acumulação financeira, o fato gerador da receita é o recebimento das contribuições.

§ 3º O fato gerador para a contabilização das receitas e constituição das provisões técnicas das operações de capitalização, cujo correspondente título seja contratado por meio de pagamento único, será a emissão do referido título.

§ 4º O fato gerador para a contabilização das receitas e constituição das provisões técnicas referentes à primeira parcela dos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos será sua respectiva emissão.

§ 5º O fato gerador para a contabilização das receitas e constituição das provisões técnicas referentes às parcelas subsequentes à primeira dos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos será a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor.

§ 6º Quando o risco de cobertura contratual for definido no certificado ou item segurado, a contabilização pela vigência da cobertura deverá obedecer ao prazo definido no certificado ou item segurado.

§ 7º Nas hipóteses descritas no parágrafo anterior, os registros obrigatórios de emissão deverão registrar cada certificado ou item, individualmente.

Art. 9º A escrituração deve ser completa, mantendo-se em registros permanentes todos os atos e fatos administrativos que modifiquem ou venham a modificar, imediatamente ou não, sua composição patrimonial.

Art. 10. O simples registro contábil não constitui elemento suficientemente comprobatório, devendo a escrituração ser fundamentada em documentos hábeis para a perfeita validade dos atos e fatos administrativos.

Art. 11. A contabilização será centralizada na sede da sociedade supervisionada ou, no caso de filial de sociedade estrangeira, em sua representação legal no Brasil, utilizando-se registros auxiliares de contabilidade com observância das disposições previstas em Leis, Regulamentos, Resoluções do CNSP e Circulares da SUSEP.

Art. 12. A escrituração inadequada da contabilidade ou de seus respectivos registros auxiliares, o fornecimento de informações inexatas, a falta ou atraso de conciliações contábeis e a escrituração mantida em atraso por período superior a 20 (vinte) dias subsequentes ao encerramento de cada mês sujeitam a sociedade supervisionada, seus administradores, gerentes, membros do conselho de administração, fiscal e assemelhados às penalidades previstas em regulamentação específica.

Parágrafo único. Para os resseguradores locais, o prazo de que trata o *caput* será o dia 20 (vinte) do segundo mês imediatamente subsequente ao mês de referência.

Art. 13. As conciliações dos títulos contábeis com os respectivos controles analíticos deverão ser efetuadas mensalmente e mantidas atualizadas, conforme determinado nas seções próprias deste Plano Contábil.

Parágrafo único. A documentação comprobatória dos registros contábeis efetuados deverá ser arquivada por, pelo menos, 5 (cinco) anos.

Capítulo III Do Exercício Social

Art. 14. O exercício social coincidirá com o ano civil e a data de seu encerramento, 31 de dezembro, será fixada no estatuto da sociedade supervisionada.

Capítulo IV Da Codificação do Plano Contábil

Art. 15. O plano geral de codificação prevê o emprego de quatro códigos distintos:

I - o primeiro código, constituído de número de 10 (dez) algarismos, indica, da esquerda para a direita:

- a) o primeiro algarismo, a classe;
- b) o segundo algarismo, o grupo;
- c) o terceiro algarismo, o subgrupo;
- d) o quarto algarismo, a conta;
- e) o quinto algarismo, a subconta;
- f) o sexto algarismo, o desdobramento da subconta, quando necessário;
- g) o sétimo algarismo, o segundo desdobramento da subconta, quando necessário;
- h) o oitavo algarismo, o terceiro desdobramento da subconta, quando necessário;
- i) o nono algarismo, o quarto desdobramento da subconta, quando necessário; e
- j) o décimo algarismo, o quinto desdobramento da subconta, quando necessário.

II - O segundo código, constituído por 4 (quatro) algarismos, indica o ramo de seguro ou a modalidade do plano de benefício, devendo ser utilizado nas classes de contas Patrimoniais e nas de Resultado.

III - O terceiro código, constituído por 2 (dois) algarismos, indica a região e será obrigatório a partir de 01 de janeiro de 2012.

IV - O quarto código, de uso facultativo pelas sociedades supervisionadas, poderá ser utilizado para as indicações julgadas necessárias às operações e aos relatórios contábeis, estatísticos ou de outra natureza.

§ 1º Somente a SUSEP poderá criar codificação contábil até o décimo algarismo do primeiro código.

§ 2º O quarto e o quinto desdobramentos da subconta, correspondentes, respectivamente, ao nono e ao décimo algarismos do primeiro código, somente serão utilizados a partir de 1º de janeiro de 2012.

§ 3º Os resseguradores locais poderão preencher apenas os 2 (dois) primeiros algarismos do segundo código, que correspondem ao grupo de ramos, devendo os dois últimos algarismos ser preenchidos com o número zero.

Art. 16. O Plano Contábil classifica as contas contábeis em contas do Ativo, iniciadas pelo número 1 (um), contas do Passivo, iniciadas pelo número 2 (dois), e contas de Resultado, iniciadas pelo número 3 (três).

§ 1º Como forma de segregar as operações, as contas do Ativo estão subdivididas em Circulante (11), Não Circulante (12) e Compensação (19).

§ 2º As contas do Passivo são subdivididas em Circulante (21), Não Circulante (22), Patrimônio Líquido (24) e Compensação (29).

§ 3º As contas de Resultado são subdivididas em Seguros (31), Resseguros (32), Previdência Complementar Aberta (33), Capitalização (34), Despesas Administrativas (35), Resultado Financeiro (36), Resultado Patrimonial (37), Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes (38) e Impostos e Participações sobre o Resultado (39).

§ 4º As classes compreendem vários grupos, os quais se desdobram em subgrupos, estes em contas e estas em subcontas.

I - classe 1 - Ativo - Contas Patrimoniais:

a) grupo 11 – CIRCULANTE:

1 - subgrupo 111 – Disponível;

2 - subgrupo 112 – Aplicações;

3 - subgrupo 113 – Crédito das Operações;

4 - subgrupo 114 – Títulos e Créditos a Receber;

5 - subgrupo 115 – Outros Valores e Bens;

6 - subgrupo 116 – Empréstimos e Depósitos Compulsórios;

7 - subgrupo 117 – Despesas Antecipadas;

8 - subgrupo 118 – Despesas de Comercialização Diferida;

9 - subgrupo 119 – Resseguro e Retrocessão Diferidos;

b) grupo 12 – NÃO CIRCULANTE:

1 - subgrupo 121 – Realizável a Longo Prazo;

2 - subgrupo 122 – Investimentos;

3 - subgrupo 123 – Imobilizado;

4 - subgrupo 124 – Intangível;

5 - subgrupo 125 – Diferido;

c) grupo 19 – COMPENSAÇÃO:

1 - subgrupo 191 – Compensação;

II - classe 2 – Passivo - Contas Patrimoniais:

a) grupo 21 – CIRCULANTE:

1 - subgrupo 211 – Contas a Pagar;

2 - subgrupo 212 – Débitos de Operações com Seguros e Resseguros;

3 - subgrupo 213 – Débitos de Operações com Previdência;

4 - subgrupo 214 – Débitos de Operações de Capitalização;

5 - subgrupo 215 – Depósito de Terceiros;

6 - subgrupo 216 – Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros;

7 - subgrupo 217 – Provisões Técnicas – Previdência Complementar;

8 - subgrupo 218 – Provisões Técnicas – Capitalização;

9 - subgrupo 219 – Outros Débitos;

b) grupo 22 – NÃO CIRCULANTE:

1 - subgrupo 221 – Contas a Pagar;

2 - subgrupo 222 – Débito das Operações;

3 - subgrupo 223 – Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros;

4 - subgrupo 224 – Provisões Técnicas – Previdência Complementar;

5 - subgrupo 225 – Provisões Técnicas - Capitalização;

6 - subgrupo 228 – Outros Débitos;

c) grupo 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ou PATRIMÔNIO SOCIAL:

1 - subgrupo 241 – Patrimônio Líquido;

2 - subgrupo 242 – Patrimônio Social das Entidades Sem Fins Lucrativos;

d) grupo 29 – COMPENSAÇÃO:

1 - subgrupo 291 – Compensação;

III - classe 3 – Contas de Resultado:

a) grupo 31 – OPERAÇÕES DE SEGUROS:

1 - subgrupo 311 – Prêmios Ganhos;

2 - subgrupo 312 – Rendas com Taxa e Emissão de Apólices;

3 - subgrupo 313 – Sinistros Ocorridos;

4 - subgrupo 314 – Despesas de Comercialização;

5 - subgrupo 315 – Outras Receitas e Despesas Operacionais;

6 - subgrupo 316 – Resultado com Operação de Resseguros;

b) grupo 32 – OPERAÇÕES DE RESSEGUROS:

1 - subgrupo 321 – Prêmios Ganhos;

2 - subgrupo 322 – Sinistros Ocorridos;

3 - subgrupo 323 – Despesas de Comercialização;

4 - subgrupo 324 – Outras Receitas e Despesas Operacionais;

5 - subgrupo 325 – Resultado com Operação de Retrocessão;

c) grupo 33 – OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA:

1 - subgrupo 331 – Rendas de Contribuições Retidas;

2 - subgrupo 332 – Variações das Provisões Técnicas;

3 - subgrupo 333 – Rendas com Taxa de Gestão e Outras;

4 - subgrupo 334 – Despesas com Benefícios e Resgates;

5 - subgrupo 335 – Despesas de Comercialização;

6 - subgrupo 336 – Outras Receitas e Despesas Operacionais;

d) grupo 34 – OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO:

- 1 - subgrupo 342 – Receita Líquida com Títulos de Capitalização;
- 2 - subgrupo 343 - Despesas de Comercialização;
- 3 - subgrupo 344 – Outras Receitas e Despesas Operacionais:

e) grupo 35 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

- 1 - subgrupo 351 – Despesas com Pessoal;
- 2 - subgrupo 352 – Despesas com Serviços de Terceiros;
- 3 - subgrupo 353 – Despesas com Localização e Funcionamento;
- 4 - subgrupo 354 – Despesas com Publicidade e Propaganda;
- 5 - subgrupo 355 – Despesas com Tributos;
- 6 - subgrupo 356 – Despesas com Publicações;
- 7 - subgrupo 357 – Donativos e Contribuições;
- 8 - subgrupo 358 – Outras Despesas Administrativas;
- 9 - subgrupo 359 – Despesas Administrativas do Convênio DPVAT;

f) grupo 36 – RESULTADO FINANCEIRO:

- 1 - subgrupo 361 – Receitas Financeiras;
- 2 - subgrupo 362 – Despesas Financeiras;

g) Grupo 37 – RESULTADO PATRIMONIAL:

- 1- subgrupo 371 – Receitas Patrimoniais;
- 2 - subgrupo 372 – Despesas Patrimoniais;

h) grupo 38 – GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES:

- 1 - subgrupo 381 – Resultado na Alienação de Bens do Ativo Permanente;
- 2 - subgrupo 382 – Resultado de Outras Operações;
- 3 - subgrupo 383 – Redução ao Valor Recuperável;

i) grupo 39 – IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO:

1 - subgrupo 391 – Impostos e Contribuições;

2 - subgrupo 392 – Participações sobre o Resultado.

Capítulo V Das Demonstrações Financeiras

Art. 17. As demonstrações financeiras, na data-base de 31 de dezembro, abrangendo Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e o correspondente parecer dos auditores independentes, deverão ser publicados até o dia 28 de fevereiro de cada ano, observado o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações.

§ 1º As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral de acionistas.

§ 2º O dividendo mínimo obrigatório, que se caracteriza efetivamente por uma obrigação legal ou estatutária, deverá figurar no passivo da sociedade.

§ 3º A parcela de dividendo proposta pelos órgãos da administração à assembleia de sócios que exceda o dividendo mínimo obrigatório deverá ser mantida no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva pelos sócios.

§ 4º Conforme disposto no § 6º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001, os lucros do exercício não destinados nos termos dos artigos 193 a 197 daquele diploma legal deverão ser distribuídos como dividendos.

§ 5º Aplicam-se às demonstrações financeiras de 31 de dezembro os critérios de comparabilidade com os valores relativos ao final do exercício social precedente.

§ 6º As sociedades supervisionadas deverão elaborar e remeter para a SUSEP, até 15 de março, exemplares das publicações das demonstrações financeiras na imprensa, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 18. As sociedades supervisionadas deverão publicar suas demonstrações financeiras intermediárias, abrangendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas e o correspondente parecer dos auditores independentes, em jornal de grande circulação, e encaminhá-las para a SUSEP, até 15 de setembro.

Parágrafo único. A publicação referida no *caput* será facultativa, a partir do momento em que a SUSEP dispuser de sistema que permita apresentar os correspondentes documentos

em seu sítio na Internet, sendo, nessa hipótese, necessário seu encaminhamento para a SUSEP, até o dia 31 de agosto de cada ano.

Art. 19. As sociedades supervisionadas deverão publicar as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

§ 1º Para fins de atendimento ao *caput*, as demonstrações financeiras consolidadas deverão ser elaboradas com base em pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e referendados pela SUSEP.

§ 2º A adoção antecipada dos pronunciamentos internacionais ou a adoção de alternativas neles previstas está condicionada à aprovação prévia da SUSEP, por meio de ato normativo.

§ 3º Aplicam-se às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro os critérios de comparabilidade com os valores relativos ao final do exercício social precedente.

§ 4º Deverão ser divulgados, por meio de nota explicativa, em forma de reconciliação, os efeitos dos eventos que ocasionaram diferença entre os montantes do patrimônio líquido e do resultado da controladora, em confronto com os mesmos montantes do consolidado.

Art. 20. As demonstrações financeiras das sociedades supervisionadas pela SUSEP deverão ser acompanhadas da opinião de auditor independente que aborde, entre outros:

I - a adequação das demonstrações financeiras individuais às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP;

II - a adequação das demonstrações financeiras consolidadas aos pronunciamentos emitidos pelo IASB, na forma homologada pelo CPC e referendada pela SUSEP.

Art. 21. Para as sociedades supervisionadas pela SUSEP, o ano de adoção inicial das normas internacionais de contabilidade será 2011.

Capítulo VI

Da Classificação no Circulante e no Não Circulante

Art. 22. As sociedades supervisionadas deverão proceder, mensalmente, à revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulantes, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.

§ 1º Deverão ser transferidos para o circulante, valores inscritos no não circulante cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.

§ 2º Os ativos mantidos essencialmente com o propósito de negociação deverão ser considerados no Ativo Circulante.

Capítulo VII Do Sistema Público de Escrituração Digital

Art. 23. As sociedades supervisionadas constituídas na forma de sociedades por ações, relativamente aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, devem enviar sua escrituração contábil em versão digital ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, nas condições estabelecidas pelo administrador do SPED, sem prejuízo das demais informações a que estão obrigadas a prestar, em conformidade com a legislação e a regulamentação societária aplicáveis.

Art. 24. O uso das informações observará a política de segurança e de acesso que forem estabelecidas pelo Administrador do SPED, dispensando a abertura de procedimento fiscal ou equivalente para o acesso integral da escrituração.

Art. 25. O não envio da Escrituração Contábil Digital – ECD, no prazo estabelecido ensejará a inscrição da sociedade supervisionada no Cadastro de Pendências da SUSEP, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Capítulo VIII Dos Registros Auxiliares da Contabilidade

Art. 26. As sociedades supervisionadas deverão manter registros auxiliares de contabilidade gerados, totalizados e conciliados, mensalmente, na forma estabelecida pela SUSEP.

Art. 27. As sociedades supervisionadas deverão manter a disposição da SUSEP, em meio magnético, para fins de análise e de supervisão, a estrutura de dados relativa aos registros contábeis auxiliares obrigatórios de suas operações, em conformidade com o disposto nas normas vigentes.

Art. 28. Os dados a serem postos à disposição da SUSEP deverão ser gerados no formato estabelecido em norma específica e encaminhados, por meio de CD-ROM, quando solicitados.

Art. 29. As sociedades supervisionadas deverão estar aptas a enviar para a SUSEP os dados solicitados, bem como prestar quaisquer informações, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do pedido.

Art. 30. As sociedades supervisionadas poderão manter o arquivo dos registros auxiliares de contabilidade em papel, microficha ou outro meio eletrônico ou magnético, o qual deverá estar obrigatoriamente disponível em sua sede.

§ 1º No caso da adoção de microficha ou outro meio eletrônico ou magnético:

- a) a assinatura do diretor responsável poderá ser substituída pela transcrição de seu nome;
- b) deverá estar garantida a rápida recuperação e exibição das informações, em papel ou outro meio que venha a ser solicitado, para efeito de análise, a pedido da SUSEP;
- c) as informações solicitadas pela SUSEP deverão ser sempre acompanhadas de documento datado e assinado pelo diretor responsável.

§ 2º Os registros auxiliares da contabilidade serão consolidados mensalmente.

§ 3º É facultada a contabilização unificada dos movimentos da matriz e de outras dependências emissoras, quando da formatação dos registros auxiliares, devendo ser observada:

- a) a perfeita identificação da origem de cada registro auxiliar, no cabeçalho;
- b) a indicação de cada ramo de seguro ou modalidade do plano de benefício de cada dependência, seguida dos lançamentos destacados e consolidados, no texto do registro auxiliar

§ 4º Na hipótese da sociedade supervisionada adotar meio eletrônico ou magnético, a base de dados utilizada como fonte das informações contidas nos registros auxiliares de contabilidade deverá ser copiada, no encerramento de cada mês, em mídia CDs ou DVDs não regraváveis, de forma que somente possam ser utilizados para leitura e reprodução.

§ 5º As mídias utilizadas para armazenamento das informações contidas nos registros auxiliares de contabilidade deverão ser mantidas na sociedade supervisionada e homologadas pelos analistas técnicos da SUSEP, quando do regular exercício da fiscalização.

Art. 31. Os contratos de seguro, de resseguro, de previdência complementar aberta e de capitalização deverão ser identificados por faixa numérica específica, em ordem crescente.

§ 1º A faixa numérica de que trata o *caput* representará apólices ou contratos, endossos, planos ou outros documentos, desde que referentes ao mesmo ramo de seguro/resseguro, modalidade de plano de benefício previdenciário ou título de capitalização.

§ 2º A faixa numérica de que trata o *caput* deverá conter em sua composição o ano do contrato, o código SUSEP da sociedade supervisionada e o ramo de seguro/resseguro, modalidade de plano de benefício previdenciário ou título de capitalização.

§ 3º A codificação dos contratos deverá conter, no máximo, 26 (vinte e seis) dígitos, podendo ser utilizados em sua composição letras ou números, para identificação do produto, fonte emissora, dependência ou outra informação julgada relevante, desde que os últimos campos sejam reservados para a faixa numérica, em quantidade suficiente para atender às operações da sociedade supervisionada.

§ 4º Os contratos referentes a planos especiais, que conjuguem vários ramos de seguros, poderão ser identificados com um único número, utilizando-se a faixa numérica relativa ao ramo principal.

Capítulo IX Da Contabilização dos Planos de Seguro

Art. 32. A contabilização das coberturas comercializadas nos planos de seguro deverá ser efetuada nos respectivos ramos, conforme codificação apresentada em norma específica.

Capítulo X Das Emissões Fora da Competência

Art. 33. As sociedades supervisionadas que emitam faturas ou apólices dos ramos de danos ou de pessoas, em data anterior ao período de cobertura do risco, deverão registrá-las nas contas de compensação Faturas Emitidas Antecipadamente, no Ativo e no Passivo.

Art. 34. Os prêmios recebidos de faturas ou apólices emitidas antecipadamente deverão ser registrados na conta de Prêmios e Emolumentos Recebidos.

Art. 35. As sociedades supervisionadas que, por motivos operacionais, somente tenham conhecimento do risco coberto após o decurso do período de cobertura deverão registrar, ainda que por estimativa, no próprio mês de competência, as respectivas receitas de prêmios e demais registros decorrentes.

Parágrafo único. Deverão ser utilizadas, para fins de atendimento ao disposto no *caput*, subcontas específicas existentes no Plano Contábil, para as quais os valores lançados possam ser estornados, quando do registro contábil dos valores efetivamente devidos.

Art. 36. As operações descritas no artigo 33 deverão ser lançadas no mês efetivo de suas respectivas emissões, nos registros auxiliares da contabilidade e, quando da conciliação mensal, nas demais peças contábeis, devendo ficar evidenciada a condição dessas emissões.

Capítulo XI Da Reserva de Contingência de Benefícios

Art. 37. A Reserva de Contingência de Benefícios poderá ser constituída somente por entidades sem fins lucrativos, em base mínima de 50% (cinquenta por cento) do resultado de cada exercício, de forma cumulativa, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do somatório dos valores das seguintes provisões técnicas, correspondentes ao respectivo exercício:

I – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - IBNR;

II - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder;

III - Provisão Matemática de Benefícios Concedidos;

IV - Provisão de Oscilação de Riscos;

V - Provisão de Insuficiência de Contribuições; e

VI - Provisão de Riscos não Expirados.

Capítulo XII Do Relatório da Administração

Art. 38. As sociedades supervisionadas deverão divulgar no relatório da administração, no mínimo, as seguintes informações:

I - política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos;

II - negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência no desempenho da sociedade supervisionada e/ou no resultado do exercício;

III - resumo dos acordos de acionistas;

IV - reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto;

V - perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte;

VI - declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento.

Parágrafo único. A divulgação das informações contidas nos incisos deste artigo não exime as sociedades supervisionadas da divulgação de outras que julgarem relevantes.

Capítulo XIII Dos Créditos Tributários, Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL

Art. 39. Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados devem ser registrados somente quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - apresentarem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência destas situações em, pelo menos, 3 (três) dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

II - haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis, no futuro, para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário, no prazo máximo de 10 (dez) anos;

Parágrafo único. O registro dos créditos tributários da sociedade supervisionada recém constituída que não possua o histórico de lucros citado no inciso I deste artigo poderá ser efetuado apenas quando a mesma possuir expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis baseada em estudo técnico e/ou plano de negócio que tenham sido encaminhados para a SUSEP, para efeito de obtenção de autorização para o início de suas operações.

Art. 40. Deverão ser observados os critérios descritos abaixo para a constituição dos créditos tributários a que se refere o artigo 39:

I - o valor dos créditos deverá ser calculado com base nas alíquotas vigentes à época da elaboração das demonstrações financeiras e ajustado sempre que essas alíquotas sofrerem modificações, devendo ser o registro desse ajuste efetuado no mesmo exercício em que for aprovada a legislação fiscal que as modificou;

II - o valor dos créditos será calculado pela alíquota básica, a menos que seja elevada a possibilidade de se realizar a recuperação dos créditos por alíquota que inclua o percentual adicional à alíquota básica.

Art. 41. A administração da sociedade supervisionada é responsável pela avaliação, no mínimo por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras, das possibilidades de realização dos créditos referidos no *caput* do artigo 39.

§ 1º A avaliação de que trata o *caput*, quando decorrente de prejuízo fiscal e/ou de base negativa de contribuição social, deverá ser formalizada mediante elaboração de projeções de resultados tributáveis que permitam a realização dos créditos tributários, no prazo máximo de 10 (dez) anos, devendo ser mantidas à disposição dos auditores independentes e dos acionistas e, sempre que solicitado, encaminhadas para a SUSEP, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de recebimento da solicitação.

§ 2º Na hipótese de existência de dúvida razoável em relação às possibilidades de recuperação dos créditos, deverá ser constituída provisão para ajuste aos seus valores prováveis de realização.

§ 3º A provisão a que se refere o parágrafo anterior deverá ser constituída, na hipótese dos valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos serem inferiores a 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos para igual período nas projeções de resultados tributáveis de que trata o artigo 40, salvo caso extraordinário no qual a sociedade não tenha podido estimar em suas projeções.

§ 4º A constituição da provisão a que se refere o § 2º será obrigatória na hipótese de apuração de prejuízo fiscal ou base negativa de cálculo da contribuição social sobre o lucro

por três exercícios consecutivos, incluindo o exercício em referência, exceto com relação às sociedades supervisionadas recém-constituídas ou em processo de reestruturação operacional, ou reorganização societária, cujo histórico de prejuízos tenha sido decorrente de sua fase anterior.

§ 5º Os créditos referidos no *caput* do artigo 39 e as respectivas provisões deverão ser baixados no período em que ficar evidenciada a impossibilidade de sua recuperação.

Capítulo XIV Dos Juros Sobre o Capital Próprio

Art. 42. Os juros referentes à remuneração sobre o capital próprio pagos ou creditados, desde que recebidos, devem ser registrados nos grupos de Outras Despesas ou Receitas Financeiras, respectivamente.

Art. 43. Para efeito de elaboração das demonstrações de resultado, mensalmente, o montante da despesa incorrida ou da receita auferida, respectivamente relacionadas ao pagamento ou recebimento de juros sobre o capital próprio, devem ser objeto de ajuste, mediante reclassificação para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, de modo que seus efeitos sejam eliminados dos resultados mensais.

Parágrafo único. O valor do ajuste deve ser apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício, como destinação do Resultado.

Art. 44. Na hipótese de avaliação do investimento ser realizada pelo método da equivalência patrimonial, os juros a que se refere o artigo 42 deverão ser objeto de ajuste para fins de elaboração e publicação das demonstrações financeiras do exercício pelas sociedades supervisionadas investidoras.

Parágrafo único. O ajuste referido no *caput* deverá ser realizado mediante reclassificação dos valores registrados na conta Outras Receitas Financeiras para as adequadas contas de investimento, de modo que seus efeitos sejam eliminados do resultado do exercício.

Capítulo XV Das Transferências de Carteiras

Art. 45. As operações de transferência de carteira de capitalização, previdência complementar aberta, resseguros e seguros deverão ser registradas de acordo com os seguintes critérios:

I – para a sociedade supervisionada cedente:

a) os saldos de ativos e passivos relativos a contratos ou apólices transferidos devem ser baixados;

b) caso esteja obrigada, contratualmente, a proceder à cobrança de parcelas pendentes de pagamentos, contribuições ou prêmios, deve-se registrar em contas próprias, no Ativo e no Passivo Não Circulantes, os correspondentes valores a receber e os a repassar à sociedade cessionária;

c) o resultado positivo ou negativo, apurado na cessão, deverá ser integralmente apropriado ao Resultado em conta específica, na data da operação;

II – para a sociedade supervisionada cessionária:

a) todos os direitos e obrigações recebidos em função da aquisição da carteira deverão ser registrados em contas próprias;

b) o valor recebido que exceda o saldo da Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG deverá ser considerado como prêmio de seguro, registrado em subconta específica como complemento de provisão, e apropriado ao Resultado durante o prazo restante do período de vigência das apólices;

c) caso o valor recebido da cedente seja inferior ao saldo da PPNG, a correspondente diferença deverá ser registrada no Ativo Circulante, em subconta distinta, no grupo de Despesas de Comercialização Diferidas, e apropriada ao Resultado durante o prazo restante do período de vigência das apólices;

d) a sociedade cessionária deverá obter junto à sociedade cedente todos os dados históricos relacionados às operações recebidas em transferência, necessários aos eventuais cálculos de provisões técnicas.

Capítulo XVI Do Registro Contábil do DPVAT

Art. 46. Para efeito de registro contábil, as operações decorrentes dos Consórcios DPVAT deverão ser tratadas como co-seguro.

Art. 47. O registro das receitas e despesas pela Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT deverá ser sempre efetivado pelo valor bruto.

Parágrafo único. O registro dos repasses de receita e das recuperações de despesas transferidos às seguradoras consorciadas deverá ser efetivado nas contas retificadoras correspondentes.

Art. 48. Toda a movimentação financeira relativa à operação do seguro DPVAT deverá ser efetuada dentro da Seguradora Líder, de acordo com a seguinte sequência:

I - o segurado paga o prêmio no banco, que credita em conta corrente exclusiva para operações do seguro DPVAT, com CNPJ da Seguradora Líder;

II - a Seguradora Líder registra a operação e emite o bilhete, repassando a informação correspondente ao respectivo Consórcio, sem movimentação financeira, constituindo, nesse ato, um crédito a favor do Consórcio, por conta dos prêmios recebidos;

III - o Consórcio registra a operação e repassa a informação para as consorciadas, também sem movimentação financeira, autorizando a liquidação da operação pela Seguradora Líder com os recursos recebidos conforme o inciso I deste artigo.

Capítulo XVII Das Notas Explicativas

Art. 49. Deverão ser divulgadas em notas explicativas todas as informações previstas por cada pronunciamento contábil aprovado pelo CPC e referendado pela SUSEP, em especial as seguintes informações, referentes às demonstrações individuais:

I - divulgação da composição acionária, até último nível de controle;

II - política contábil:

a) critério para o reconhecimento das principais receitas e despesas;

b) redução ao valor recuperável de ativos;

c) depreciação;

d) provisões;

e) avaliação de ativos e passivos;

III - contexto operacional:

a) ramos de atuação;

b) região da federação em que opera;

c) critério de gerenciamento de riscos;

d) riscos similares;

IV - títulos e valores mobiliários:

a) percentual classificado, em cada categoria;

b) taxas de juros contratadas;

c) valor de mercado para os títulos;

d) valores mobiliários avaliados pela curva;

V - prêmios a receber:

a) período médio de parcelamento;

b) detalhamento dos saldos, considerando os prazos de vencimento (*aging*);

c) redução ao valor recuperável;

VI - custo de aquisição diferido (DAC):

a) prazo para diferimento;

b) premissas;

c) discriminação dos custos de aquisição;

VII - prêmios de resseguro:

a) carteiras;

b) percentual ressegurado;

c) discriminação dos resseguradores;

d) redução ao valor recuperável;

VIII - salvados e ressarcimentos:

a) detalhamento dos saldos de salvados e ressarcidos, considerando os prazos de vencimento (*aging*);

b) principais ramos;

IX – divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados;

X - percentuais de despesa de comercialização e sinistralidade dos principais ramos;

XI - teste de adequação do passivo (TAP):

a) taxa de juros contratada para ativos e passivos;

b) taxa de juros esperada para os ativos;

c) tábua;

d) sinistralidade;

e) resseguro;

XII - gestão de risco:

a) informação sobre gestão de riscos de seguro (antes e depois do resseguro);

b) concentração de riscos de seguros (carteira, área geográfica, moeda);

XIII - sinistros judiciais:

a) sinistros judiciais divulgados ou não, que tenham se tornado obrigação presente e, provavelmente, requererão saída de recursos;

b) quantidade;

c) valor de abertura;

d) valor de pagamento;

e) prazo médio pendente de pagamento;

XIV - risco de liquidez, risco de mercado e risco de crédito;

XV - quadro de movimentação de prêmios a receber, provisões técnicas, aplicações financeiras e custo de aquisição diferido (DAC);

XVI - tabela de desenvolvimento de provisões semelhante à elaborada no questionário trimestral do FIP/SUSEP;

XVII - transferência de carteira:

a) cedente;

b) resultado;

c) ramo;

d) vigência média;

XVIII - análise de sensibilidade, considerando principalmente as seguintes variáveis:

a) índice de conversibilidade;

b) taxas de juros;

c) mortalidade (frequência e severidade);

d) inflação;

e) excedente financeiro.

Art. 50. A aquisição de ações de emissão da própria sociedade supervisionada deverá ser registrada na conta Ações em Tesouraria.

§ 1º Nas demonstrações financeiras, a aquisição de ações a que se refere o *caput* deverá ser apresentada como dedução da conta do Patrimônio Líquido onde se originaram os recursos utilizados para a aquisição dessas ações.

§ 2º A nota explicativa deverá indicar:

a) o objetivo da sociedade supervisionada ao adquirir suas próprias ações;

b) a quantidade de ações adquiridas e/ou alienadas no curso do exercício, destacando sua espécie e classe;

c) o custo médio ponderado de aquisições, bem como os custos mínimos e máximos;

d) o resultado líquido das alienações ocorridas no exercício;

e) o valor de mercado das espécies e classes das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação, em bolsa ou balcão, anterior à data de encerramento do exercício social.

Art. 51. As sociedades supervisionadas deverão divulgar:

I - a composição e o prazo de amortização do ativo diferido;

II - as espécies e classes de ações que compõem o capital social, as respectivas quantidades e valores nominais, bem como as vantagens e preferências conferidas às diversas classes de ações;

III - a composição dos depósitos de terceiros e o tempo que estão nesta conta sem identificação;

IV - a demonstração do cálculo dos dividendos propostos e dos juros sobre o capital, assim como a política de pagamento de ambos, das compensações de distribuições antecipadas na forma de dividendos ou juros sobre o capital, além dos efeitos no Resultado e no Patrimônio Líquido;

V – os ativos e as provisões técnicas dos fundos blindados;

VI - os ônus reais sobre elementos do ativo e as garantias prestadas a terceiros, quando relevantes;

VII - todos os dados relevantes relacionados às operações de transferência de carteira realizadas no período, contendo, no mínimo:

- a) os motivos ou objetivos da transação e eventuais impactos nos negócios da sociedade supervisionada;
- b) o valor da operação, por ramo;
- c) o resultado apurado na transação;
- d) a diferença entre o valor financeiro da operação e o saldo da PPNG das apólices recebidas e seu tratamento contábil;
- e) quaisquer responsabilidades e obrigações assumidas ou garantias recebidas em função da transferência.

Art. 52. A sociedade supervisionada que possuir capital autorizado superior ao subscrito deverá divulgar esse fato, especificando:

I - o limite de aumento autorizado, em valor do capital e em número de ações, bem como as espécies e classes que poderão ser emitidas;

II – o órgão competente para deliberar sobre as emissões (assembleia geral ou conselho de administração);

III - as condições a que estiverem sujeitas as emissões;

IV - os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição ou a inexistência deste direito;

V – a opção de compra de ações aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à sociedade supervisionada ou empresa sob seu controle, se houver.

Art. 53. No caso de créditos tributários e prejuízos fiscais, as notas explicativas devem evidenciar as seguintes informações, quando relevantes:

I - montante dos impostos, corrente e diferido, registrados no Resultado, no Patrimônio Líquido, no Ativo e no Passivo;

II - natureza, fundamento e expectativa de prazo para realização de cada ativo e obrigações fiscais diferidas, discriminadas ano a ano, para os primeiros 5 (cinco) anos e, a partir daí, agrupadas em períodos máximos de 3 (três) anos, inclusive para a parcela do ativo fiscal diferido não registrada que ultrapassar o prazo de realização de 10 (dez) anos;

III - efeitos no Ativo, Passivo, Resultado e Patrimônio Líquido decorrentes de ajustes por alteração de alíquotas ou por mudança na expectativa de realização ou liquidação dos ativos ou passivos diferidos;

IV - montante das diferenças temporais e dos prejuízos fiscais que não tenham sido utilizados e para os quais não se tenha reconhecido contabilmente o correspondente ativo fiscal diferido, com a indicação do valor dos tributos que não se qualificaram para esse reconhecimento;

V - conciliação entre o valor debitado ou creditado ao resultado de imposto de renda e ao resultado de contribuição social, e o resultado contábil, antes do imposto de renda, multiplicado pelas alíquotas aplicáveis, divulgando-se também as alíquotas e suas bases de cálculo;

VI - natureza e montante de ativos cuja base fiscal tenha sido inferior ao seu valor contábil;

VII - efeitos decorrentes de eventual alteração na expectativa de realização do ativo fiscal diferido e respectivos fundamentos;

VIII - descrição das ações administrativas que contribuirão para a realização futura do ativo fiscal diferido, quando forem sociedades supervisionadas recém constituídas ou estiverem em processo de reestruturação operacional ou reorganização societária.

Art. 54. Detalhar a composição das seguintes contas da Demonstração de Resultado, se relevantes:

I - sinistros ocorridos;

II – custo de aquisição diferido (DAC);

III - despesas administrativas;

IV - receitas e despesas financeiras;

V - receitas e despesas patrimoniais;

VI - outras receitas e despesas operacionais.

Art. 55. Em caso de existência de saldos de empréstimos, ou operações semelhantes, deverão ser divulgados:

I - data da obtenção do empréstimo;

II - valor do empréstimo;

III - nome do credor;

IV - condições financeiras pactuadas;

V - prazo e forma de amortização;

VI - saldo devedor atual;

VII – se o devedor é parte relacionada.

Art. 56. As sociedades supervisionadas deverão divulgar os valores do patrimônio líquido ajustado, da margem de solvência, do capital base, do capital adicional, explicitando suas parcelas, e do capital mínimo requerido.

Parágrafo único. Constará, obrigatoriamente, de nota explicativa, a demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado, na data a que se refiram as demonstrações financeiras.

Art. 57. As sociedades supervisionadas deverão apresentar a descrição e o valor dos ativos oferecidos em cobertura das provisões técnicas, explicitando eventuais insuficiências.

Capítulo XVIII Das Informações ao Ressegurador

Art. 58. Para efeito de registro contábil, as cedentes deverão disponibilizar para as cessionárias, no prazo de 30 (trinta) dias após o fechamento do trimestre, no mínimo, as seguintes informações:

- I - nome do ressegurador;
- II - participação do ressegurador;
- III - descrição do contrato;
- IV - ano de subscrição;
- V - período da prestação de contas;
- VI - prêmio emitido, prêmio cobrado;
- VII - adicional de fracionamento;
- VIII - comissão de corretagem;
- IX - impostos, sinistros pagos;
- X - despesas com sinistros pagos;
- XI - adiantamento de sinistros;
- XII - provisão de sinistros a liquidar;
- XII - provisão de prêmios não ganhos.

Art. 59. Quando as informações forem fornecidas por meio de corretora de resseguros, as corretoras terão prazo adicional de 10 (dez) dias para disponibilizarem as informações aos resseguradores.

Capítulo XIX Do Depósito Judicial

Art. 60. A sociedade supervisionada que possua recursos bloqueados em depósito judicial deverá constituir a correspondente Provisão de Sinistros a Liquidar, em montante, no mínimo, igual ao depósito judicial, independentemente de estimativas internas para probabilidades de perdas ou êxito das ações.